

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.271.607 - SP (2018/0076779-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : AGNALDO DONIZETTI PRELA
ADVOGADOS : FERNANDO LUIZ SARTORI FILHO - SP173763
ADRIANA SILVEIRA MORAES DA COSTA - SP138080
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se agravo em recurso especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o agravante foi condenado, como incurso no art. 7º, incs. II e IX da Lei n. 8.137/90, à pena de 4 anos de detenção, em regime inicialmente aberto. A pena foi convertida em duas restritivas de direitos.

A defesa interpôs recurso de apelação, o qual restou desprovido em acórdão que foi assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL - Crimes contra as relações de consumo - Venda de mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso e composição não correspondiam à respectiva classificação oficial e depósito e venda de mercadoria em condições impróprias ao consumo - Condenação - Recurso defensivo - Materialidade devidamente comprovada - Ausência de laudo pericial – Prescindível - Art. 167, do CPP - Desaparecimento dos vestígios por ato do próprio apelante - Recolhimento do material - Comprovação dos crimes pela prova oral coligida em juízo - Manutenção da condenação - Recurso não provido.

Diante disso, foi interposto recurso especial, pela defesa, alegando negativa de vigência aos arts. 158, 167, 172, 386, inc. II e VII e 564, inc. III, alínea “b”, todos do Código de Processo Penal.

Contrarrazões apresentadas (fls. 1306/1312).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial, haja vista a incidência das Súmula n. 7 do STJ e n. 284/STF (fls. 1315/1316).

Em agravo em recurso especial, a defesa rebate o fundamento da decisão no tocante à Súmula 7/STF (fls. 1318/1329).

Contraminuta às fls. 1331/1335.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (fls. 1350/1354).

É o relatório.

Decido.

O recurso não deve ser conhecido.

Nos termos do art. 798 do Código de Processo Penal – CPP, os prazos em matéria penal são contínuos e peremptórios. Diante da existência de previsão específica, descabida a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil – CPC. Assim, é de 15 dias contínuos o prazo para a interposição de recurso em matéria penal. No mesmo sentido, cito precedentes:

PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. MATÉRIA PENAL. DIAS CORRIDOS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Desrespeitado o prazo de 15 dias corridos para a interposição do agravo em recurso especial, deve ser mantida a decisão que não conheceu do recurso.

2. Mesmo com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), a Terceira Seção desta Corte Superior assentou entendimento no sentido de que, nos processos e recursos que tratam de matéria penal, o prazo continua a ser contado em dias corridos, em razão de disposição específica do art. 798 do Código de Processo Penal (AgRg no AREsp 1142958/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017).

3. Agravo regimental improvido. (AgRg na PetExe no AREsp 1.075.176/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 23/4/2018).

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO DE 15 DIAS CORRIDOS. INAPLICABILIDADE DO REGRAMENTO DO NOVO CÓDIGO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Após a edição da Lei n. 13.105/2015 (novo Código de Processo Civil) - que estabeleceu o prazo de 15 dias para a interposição de todos os recursos nele previstos, com exceção dos embargos de declaração -, a Corte Especial deste Superior Tribunal, assim como sua Terceira Seção, solidificou entendimento no sentido de que esse regramento, assim como o que diz respeito à contagem dos prazos em dias úteis, não se aplica às controvérsias pertinentes a matéria penal ou processual penal.

2. In casu, o acórdão recorrido foi disponibilizado no

Diário da Justiça Eletrônico de 14/12/2016 (quarta-feira), considerado publicado em 15/12/2016, com início do prazo para a interposição do recurso especial em 16/12/2016 (sexta-feira) e esgotando-se em 30/12/2016 (quinta-feira), prorrogando-se para o primeiro dia útil subsequente às férias coletivas. Todavia, sem comprovar a suspensão dos prazos processuais, a recorrente somente protocolizou o recurso em 2/2/2017, portanto, intempestivamente.

3. *Agravo regimental desprovido.* (AgRg no AREsp 1.179.262/SP, por mim relatado, QUINTA TURMA, DJe 2/3/2018).

Verifica-se que a decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi publicada em 15/02/18 (fl. 1317). O prazo para interposição do agravo em recurso especial teve início em 16/02/2018 (sexta-feira) e término em 02/03/18 (sexta-feira). Todavia, sem comprovar eventual suspensão dos prazos processuais, o agravante somente protocolou o recurso em 08/03/18 (fls. 1318/1329), portanto, intempestivamente.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator